

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	25
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	26
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	27
--------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	792
Preferenciais	1.572
Total	2.364
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	217.136	213.902
1.01	Ativo Circulante	139.202	135.548
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2	12
1.01.01.01	Disponibilidade	2	12
1.01.02	Aplicações Financeiras	138.912	134.690
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	138.912	134.690
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	138.909	134.685
1.01.02.01.04	Outros Valores e Bens	1	1
1.01.02.01.05	Aplicações no Mercado Aberto	2	4
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	288	846
1.01.08.03	Outros	288	846
1.01.08.03.01	Outros Ativos Financeiros	0	612
1.01.08.03.02	Outros Ativo	288	234
1.02	Ativo Não Circulante	77.934	78.354
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	77.934	78.354
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	71.880	75.033
1.02.01.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	9	8
1.02.01.02.02	Aplicações no Mercado Aberto	71.871	75.025
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.054	3.321
1.02.01.10.03	Outros Ativos Financeiros	4.035	3.321
1.02.01.10.04	Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	2.019	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	217.136	213.902
2.01	Passivo Circulante	213	1.077
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	164	164
2.01.01.01	Obrigações Sociais	164	164
2.01.03	Obrigações Fiscais	49	911
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49	911
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	858
2.01.03.01.03	Outros	49	53
2.01.06	Provisões	0	2
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	2
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	0	2
2.02	Passivo Não Circulante	3.280	3.241
2.02.03	Tributos Diferidos	934	897
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	934	897
2.02.04	Provisões	2.346	2.344
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.346	2.344
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.346	2.344
2.03	Patrimônio Líquido	213.643	209.584
2.03.01	Capital Social Realizado	123.144	123.144
2.03.02	Reservas de Capital	182	182
2.03.04	Reservas de Lucros	90.317	86.258
2.03.04.01	Reserva Legal	13.337	13.134
2.03.04.02	Reserva Estatutária	76.980	73.124

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-298	-577	-378	-854
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-130	-244	-121	-309
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-168	-333	-257	-545
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-298	-577	-378	-854
3.06	Resultado Financeiro	3.333	6.639	5.316	11.296
3.06.01	Receitas Financeiras	3.333	6.639	5.316	11.296
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.035	6.062	4.938	10.442
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.026	-2.003	-1.668	-3.549
3.08.01	Corrente	-992	-1.966	-1.662	-3.537
3.08.02	Diferido	-34	-37	-6	-12
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.009	4.059	3.270	6.893
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.009	4.059	3.270	6.893
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,85000	1,72000	1,38000	2,92000
3.99.01.02	PN	0,85000	1,72000	1,38000	2,92000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	2.009	4.059	3.270	6.893
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.009	4.059	3.270	6.893

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10	8
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.096	6.905
6.01.01.01	Lucro Líquido	4.059	6.893
6.01.01.02	Tributos Diferidos	37	12
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.106	-6.897
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	3.156	3.537
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	-4.224	-7.164
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-1	0
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	-2.019	-619
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	-102	-45
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-54	-69
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais	3.632	3.765
6.01.02.08	(Redução) Aumento em Provisões	0	11
6.01.02.09	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-4.494	-6.313
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-11
6.02.01	(Aquisição) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	-11
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10	-3
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12	14
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2	11

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	123.144	182	86.258	0	0	209.584
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	123.144	182	86.258	0	0	209.584
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.059	0	4.059
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.059	0	4.059
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.059	-4.059	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.059	-4.059	0	0
5.07	Saldos Finais	123.144	182	90.317	0	0	213.643

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	123.144	182	74.281	0	0	197.607
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	123.144	182	74.281	0	0	197.607
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.893	0	6.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.893	0	6.893
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.893	-6.893	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.893	-6.893	0	0
5.07	Saldos Finais	123.144	182	81.174	0	0	204.500

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	6.639	11.296
7.01.02	Outras Receitas	6.639	11.296
7.01.02.02	Receitas Financeiras	6.639	11.296
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-244	-309
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-244	-309
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.395	10.987
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.395	10.987
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.395	10.987
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.395	10.987
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.336	4.094
7.08.02.01	Federais	2.336	4.094
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.059	6.893
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.059	6.893

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A.(INVESTIMENTOS BEMGE) relativas aos períodos de 01/01 a 30/06 de 2018 e de 2017, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Investimentos Bemge S.A. apresentou ao final do período Lucro Líquido de R\$ 4.059 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 213.643 mil. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 1,72 enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 90,38. Os Ativos Totais atingiram R\$ 217.136 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto e Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado.

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Investimentos Bemge S.A. e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2018, não foram prestados diretamente a Investimentos Bemge S.A. serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Investimentos Bemge S.A., serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 11 de janeiro - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência;
- 01 de fevereiro e 03 de abril - revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 15 de fevereiro e 23 de maio - aquisição de materiais técnicos.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

A Administração

Notas Explicativas

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Períodos de 01/01 a 30/06 de 2018 e de 2017
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos Bemge S.A. (INVESTIMENTOS BEMGE) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição – 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco, mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As operações da INVESTIMENTOS BEMGE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de agosto de 2018.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão descritas abaixo.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da INVESTIMENTOS BEMGE no processo da aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 2.3.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Outros Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

2.2 PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS RECENTEMENTE E APLICÁVEIS EM PERÍODOS FUTUROS

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2018

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (impairment) e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting). A transição para a IFRS 9 não acarretou efeitos relevantes no patrimônio líquido.

Transição para a IFRS 9

As principais mudanças identificadas pela INVESTIMENTOS BEMGE em virtude da adoção da IFRS 9 estão relacionadas a classificação e mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Eventuais efeitos na data da transição serão apresentados nas demonstrações contábeis anuais, que compreendem os períodos completos afetados pela adoção da IFRS 9, proporcionando maior comparabilidade e clareza das informações. Maiores detalhes sobre os novos requerimentos de classificação e políticas contábeis adotadas constam na Nota 2.4.

Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A IFRS 9 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros.

- Modelo de Negócios: representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros;
- *SPPI Test*: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros.

A INVESTIMENTOS BEMGE realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção da IFRS 9 são:

- As categorias de classificação de ativos financeiros Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir.
- Foram introduzidas duas categorias de mensuração de ativos financeiros:
 - Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis foram contabilizadas nesta categoria;
 - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e

A INVESTIMENTOS BEMGE manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente.

Notas Explicativas

Redução ao Valor Recuperável (*impairment*)

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

Balço Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

01/01/2017		
ATIVO	Saldo	Reclassificação
Caixa e Equivalentes de Caixa	14	(14)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	122.194	(122.194)
Aplicações no Mercado Aberto	77.332	(77.332)
Outros Ativos Financeiros	3.870	(3.870)
01/01/2017		
ATIVO	Saldo	Reclassificação
Disponibilidades	-	14
Ao Custo Amortizado		
Aplicações no Mercado Aberto	-	77.332
Outros Ativos Financeiros	-	3.870
Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	-	122.194

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs e IFRS's exige que a Administração realize estimativas e utiliza premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com os CPCs e IFRS's são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos estão descritas abaixo:

- a) **Perda de Crédito Esperada** - São necessários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

Notas Explicativas

- Prazo para avaliação da perda de crédito esperada: a INVESTIMENTOS BEMGE considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: a IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A INVESTIMENTOS BEMGE utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: a INVESTIMENTOS BEMGE utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada.
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: em cada período das Demonstrações Contábeis, a INVESTIMENTOS BEMGE avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto e país.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pela INVESTIMENTOS BEMGE.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Conforme explicado na Nota 2.4e, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos realizados no consolidado do Itaú Unibanco Holding S.A.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros – A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é elaborada recorrentemente, conforme requerida pela IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. O valor justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão apresentados na Nota 3.

d) Ativos e Passivos Contingentes – A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial, na rubrica Provisões.

Notas Explicativas

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação - As Demonstrações Contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa - A INVESTIMENTOS BEMGE define como Caixa e Equivalentes de Caixa, as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades) e Aplicações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas) com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

c) Ativos e Passivos Financeiros - Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequenteiramente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Passivos Financeiros e a partir de 1º de janeiro de 2018, passou a aplicar a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Ativos Financeiros a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*).

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 3.

Baseado nestes fatores, a INVESTIMENTOS BEMGE aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

Notas Explicativas

- **Custo Amortizado**

- Ativos administrados para obter fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI *Test*);
- Inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
- Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
- Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

- **Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI *Test*), quanto para a venda;
- Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
- Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

- **Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo**

- Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
- Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado;
- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no exercício aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. As obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Imposto de Renda	15,00%	Contribuição Social	9,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%		

Notas Explicativas

- e) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes** – São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando a Administração da INVESTIMENTOS BEMGE entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

A INVESTIMENTOS BEMGE, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

- f) Lucro por Ação** - O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da INVESTIMENTOS BEMGE pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Como não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído é o mesmo.

NOTA 3 – ATIVOS FINANCEIROS

- a) Valor Justo por meio do Resultado** - A carteira é composta por Cotas de Fundos de Curto Prazo com valor de custo/custo amortizado e valor justo no montante de R\$ 138.909 (R\$ 134.685 em 31/12/2017), nível de Risco 2.
- b) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes** – A carteira é composta por Certificados de Depósito Bancário com valor de custo amortizado de R\$ 9 acima de 365 dias, nível de Risco 2.
- c) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da INVESTIMENTOS BEMGE, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira *Trading e Banking* do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basiléia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta sociedade.

Notas Explicativas

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

I- Disponibilidades e Aplicações no Mercado Aberto - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

II- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras).

III- Outros Ativos Financeiros – Basicamente compostos de depósitos em garantia de passivos contingentes. Os valores contábeis desses ativos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado). Todos esses itens representam ativos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o CPCs, a INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se de *inputs* observáveis, como juros, volatilidade, etc.

Nível 3: Utiliza-se de *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da entidade.

Notas Explicativas

NOTA 4 - PROVISÕES

A INVESTIMENTOS BEMGE classifica como contingências tributárias o valor dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	30/06/2018	31/12/2017
	Total	Total
Saldo	2.346	2.346

Depósitos em Garantia	30/06/2018	31/12/2017
	Total	Total
Saldo	3.054	2.956

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos aos processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados judicialmente de acordo com o quadro a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Depósitos em Garantia de Recursos	981	977

Contingências não reconhecidas no Balanço:

Valores envolvidos nas ações fiscais e previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 1.412.

NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - Está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.
- b) **Dividendos** - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Taxa Anual	Ativos		Receitas (Despesas)	
		30/06/2018	31/12/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Itaú Unibanco S.A. - Ligada					
Aplicações no Mercado Aberto ^(*)	100% da SELIC	71.873	75.029	2.257	4.067
Ativos Financeiros Ao Valor Justo		138.918	129.368	4.224	7.163
Itaú Unibanco S.A.	Ligada	9	10	-	-
Fundos de Investimentos		138.909	129.358	4.224	7.163
Despesas do Sistema Financeiro		-	-	(27)	(27)

(*) Carteira composta por Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com vencimentos até 365 dias R\$ 2 e com vencimentos acima de 365 dias R\$ 71.871

- b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas

NOTA 7 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Gerenciamento de Riscos e Capital - A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias;
- A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos do conglomerado Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, que não faz parte das demonstrações contábeis

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.464 de 26 junho 2007 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais do conglomerado.

O documento “Relatório de acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado e não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção

Notas Explicativas

Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados bem como apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança com segurança.

Notas Explicativas

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, cupons de moedas estrangeiras e cupons de índices de preços;
- Moedas: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações;
- Commodities: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de *commodities*.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo

O conglomerado Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O conglomerado Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

Notas Explicativas

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

III - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, avaliar, mitigar, monitorar e reportar o risco operacional com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser acessada no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.

IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento

Notas Explicativas

do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão sobre as demonstrações

contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas

Investimentos Bemge S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Investimentos Bemge S.A. (a "Companhia"), em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investimentos Bemge S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações, para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes

Comtador CRC 1SP222767/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a junho de 2018; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a junho de 2018. São Paulo (SP), 3 de agosto de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a junho de 2018; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a junho de 2018. São Paulo (SP), 3 de agosto de 2018.